

BOOK REVIEWS / RESEÑAS DE LIBROS

Georg Wink, Die Idee von Brasilien: Eine kulturwissenschaftliche Untersuchung der Erzählung Brasiliens als vorgestellte Gemeinschaft im Kontrast zu Hispanoamerika (Hispano-Americana: Geschichte, Sprache Literatur; 38), Peter Lang, Frankfurt am Main, 2009 (367 páginas). ISBN 978-3-631-58741-6.

O Brasil é um caso excepcional na América Latina. À diferença dos novos países hispano-americanos, tornou-se independente como uma monarquia e não como uma república. Também preservou a unidade das possessões da coroa portuguesa nas Américas, enquanto das possessões hispânicas neste continente surgiram uma quinzena de repúblicas.

A monografia de Georg Wink (doravante: GW) analisa esta excepcionalidade do Brasil numa abordagem que parte da perspectiva das ciências culturais comparando o caso brasileiro com a Hispano-América. Sua análise é uma contribuição original, bem documentada e incontornável para estudos posteriores.

Na base deste estudo é dum lado a abordagem de Anderson (1983) que considera *nação* como comunidade imaginada (*imagined community*), doutro lado o paradigma dos estudos culturais da textualidade da cultura, i.e. a concepção de que nação como construto político é igualada de maneira ideal com a totalidade da sua população, imaginada como igualitária e soberana, sendo a proclamação da república apenas um primeiro passo, precisando um segundo de construção discursiva através de textos fundadores, símbolos e rituais como p.ex. declarações de independência, constituições, hinos, bandeiras, festas e monumentos, o discurso da imprensa, a literatura e historiografia nacionais (pp. 21-22).

Partindo destes pressupostos, o autor analisa a aplicabilidade da hipótese de Anderson de que as comunidades crioulas da Hispano-América (i.e. as dos euro-descendentes nascidos nas colônias do Novo Mundo) desenvolveram, antes da maior parte da Europa, concepções precoces de nacionalidade adaptadas à realidade Hispano-Americana.

O estudo de GW contém duas partes: A parte A, intitulada “*Imagined Communities und Creole Pioneers: Brauchbare Ansätze zur Nation in Lateinamerika*” [Comunidades Imaginadas e Pioneiros crioulos: abordagens idôneas sobre a nação na América Latina] (pp. 41-127) é

dedicada à verificação da questão se a abordagem de Anderson de nação como comunidade imaginada e se a hipótese dos crioulos como pioneiros da concepção de nação são aplicáveis à realidade latino-americana. Nesta parte GW dedica subcapítulos de orientação teórica mais geral (cap. 1; pp. 41-78) à questão da modernidade do conceito de nação, à discursividade de nação e à invenção discursiva do Novo Mundo. Outros subcapítulos (cap. 2; pp. 79-128) são propriamente dedicados à crítica e à discussão da abordagem e hipótese de Anderson a partir do ponto de vista da historiografia das ciências culturais e literárias, seguidos de dois subcapítulos com reflexões sobre a importância negligenciada da Narrativa sobre América e sobre a aplicabilidade da hipótese ao caso brasileiro.

A parte B, intitulada “*Die Brasilienerzählung als eine alternative neuweltliche Konstruktion der Nation*” [A Narrativa sobre o Brasil como construção novomundista alternativa de nação] (pp. 129-301) contém quatro subcapítulos sobre:

- a) a constituição dos elementos da Narrativa sobre o Brasil (cap 3, pp. 131-162);
- b) a gênese da Narrativa sobre o Brasil caracterizando-a como discurso legitimista do Império (cap. 4; pp. 163-232);
- c) a transformação da Narrativa sobre o Brasil pela República (cap. 5, pp. 233-288);
- d) contra-discursos da narrativa sobre o Brasil (pp. 289-301).

No cap. 3, o autor reconstrói o discurso chamado por ele de edênico-luso-imperial com os elementos da imaginação da insularidade do Brasil em relação ao resto das Américas, da imagem do Brasil como paraíso terrestre, das narrativas sobre os bons selvagens e antropófagos e do Quinto Império.

No cap. 4, GW analisa temas da história do Brasil constitutivos para a Narrativa sobre o Brasil desde a transferência da capital do Império de Lisboa para Rio de Janeiro até a abolição da escravidão em 1888 e apresenta, além disso, uma comparação com a Hispano-América.

E finalmente, em cap. 4, o autor, dedica-se na sua análise:

- do militarismo, federalismo e do positivismo como movimentos preparatórios para a República;
- da modernização e americanização do Brasil;
- do nacionalismo brasileiro tardio;
- da transformação dos mitos fundadores do Brasil: Tiradentes e a Independência;
- do lema da República “Ordem e Progresso” versus (o conceito do “povo bestializado”);

– da política do branqueamento.

Num último capítulo (cap. 6, pp. 289-301) GW apresenta contra-discursos da Narrativa sobre o Brasil considerando como tais *Os Sertões* de Euclides da Cunha, o *Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto bem como *Canaã* de Graça Aranha.

O mérito principal desta monografia é dum lado a comparação da Hispano-América com o Brasil, superando desta maneira a tendência de muitas publicações de usar a Hispano-América e América Latina como sinônimos e restringir o tratamento do Brasil a algumas observações marginais. Doutro lado supera o autor também uma visão eurocêntrica da América Latina como periferia atrasada com relação à Europa, fazendo jus ao vanguardismo, antes de tudo hispano-americano, no século XIX, quanto ao desenvolvimento de novos estados nacionais e republicanos. Nos capítulos dedicados à fundamentação teórica, começando com *1.1 Die Modernität der Nation* [A modernidade da nação] (pp. 43-58), o autor evidencia pelo contrário o lento processo, na Europa, da passagem do sistema de *Reino* que é personificado em um rei para o sistema de *Nação* concebida como comunidade contratual e de destino de indivíduos anônimos - originalmente concebida como alternativa revolucionária ao ‘princípio de legitimação dinástica’, mas modificado na Europa segundo as necessidades dinásticas, no decorrer do século XIX, chegando a um conceito de nação como entidade cultural, étnica e linguisticamente homogênea e sua ontologização tomando o lugar da religião.

Em *1.2 Die Diskursivität der Nation* [A discursividade da nação] (pp. 58-70) GW analisa os mecanismos de construção narrativa da nação na Europa do século XIX que ocorreu em grandes partes com os mesmos meios que antes já tinham sido utilizados na América Latina como hinos, monumentos, museus, música “popular” (de origem não popular). No capítulo *1.3 Erfindung der Neuen Welt* [Invenção do Novo Mundo] (pp. 70-78), o autor mostra como a percepção do Novo Mundo, i.e. das Américas pelos europeus aconteceu nos moldes de estruturas de plausibilidade européias onde em última análise o índio é o não-outro, construindo uma imagem que serve ou como confirmação da própria ordem pela construção de uma contra-imagem de mundo bárbaro e selvagem, ou, pelo contrário, como crítica da própria ordem através da construção de uma imagem de uma sociedade utópica. GW considera assim que “o Novo Mundo foi sempre um texto produzido através da ativação de estoques de conhecimentos tradicionais no contraste com Europa e a partir da perspectiva externa dos conquistadores” (p. 74; tradução nossa).

Depois de 30 anos de crítica pós-colonial, estas considerações não constituem mais nenhuma análise surpreendente, o mérito de GW, porém, é

ter aplicado a análise pós-colonial à relação Europa – América Latina e tê-la relacionada com as narrativas de nação na América Latina. O mesmo vale quanto à inspiração no capítulo “Creole Pioneers” de Anderson ([1983] 2006:47-65), o estudo de GW ultrapassa largamente Anderson (1983), não só quanto ao tratamento do Brasil que é abordado por Anderson apenas de maneira marginal, mas também quanto a Hispano-América.

No capítulo 2, intitulado *Die Neuweltlichkeitsthese* [Tese Novomundista] o autor discute a recepção cética pelos historiadores das hipóteses de Anderson (1983) e a recepção positiva na área de Estudos Culturais. Retomando as críticas justificadas dos historiadores, p.ex. que as audiências hispano-americanas não podem ser consideradas como proto-nações, GW reforça a questão por que justo nesta constelação histórica, formaram-se nações, adotando o regime republicano. O autor leva à tona muitos fatos que indicam que não se tratou, no caso da independência da Hispano-América, de uma luta de libertação republicana intencional, mas aventa a hipótese de que a república era –na situação histórica na qual a Hispano-América se encontrou depois das abdições de Bayonne forçadas por Napoleão (e que significava de fato a entrega do poder a este e o começo da desintegração das possessões americanas da coroa) – a melhor forma para as elites hispano-americanas de manter sua posição privilegiada perante as massas marginalizadas e, além disso, o autor sustenta que a legitimação simbólica das repúblicas é uma construção posterior fundadora de uma narração nacional. Para isso, GW apresenta uma análise com muitos detalhes interessantes que vai das estruturas de poder, meios de comunicação, até análises comparativas dos hinos, bem como considerações sobre a força inovadora destes, possibilitando, ao contrário das marchas das monarquias sem letra, uma participação ativa da população.

Fazendo um balanço das primeiras comparações com o Brasil, GW constata que o Brasil não era menos fragmentado e heterogêneo do que a Hispano-América com exceção de uma pequena elite brasileira cuja homogeneidade é consequência do fato que não havia instituições de ensino superior no Brasil (ao contrário da Hispano-América) e de que a elite brasileira teve por isso sua formação universitária em Coimbra. Assim, GW estipula a hipótese que o Brasil não existia na população, apenas no discurso da elite, i.e. a narrativa sobre o Brasil.

Na terceira parte da sua monografia, o autor analisa os pilares desta narrativa, começando pela visão do Brasil como Novo Mundo. Devido à localização geográfica do Brasil era claro para os contemporâneos no início do século XVI que não se podia tratar de uma parte da Ásia, o que se

achava erroneamente no caso do Caribe [Índias Ocidentais], mas que tinha de ser (parte de) um quarto continente além da *triplex mundi* (Europa, Ásia e África) vigente na cosmovisão no começo do século XVI. GW vê nisso a causa pela identificação contemporânea das Américas com o Brasil, que se pode constatar, por ex. nos títulos de relatos como o de Jean Lery de 1580 intitulado “*Histoire d'une voyage, faict en la terre du Brésil, autrement dite Amérique*”. Para o autor, uma das razões pelas quais o mito do paraíso foi abrasilizado, é a convergência entre o nome da madeira *Pau Brasil* e a visão celta de uma ilha paradisíaca chamada *Hy Brazil*, e que teve, segundo GW, uma ampla divulgação na idade média entre outros pela *Navigatio Sancti Brendani* do século IX. GW vê nisso um reforçamento dos elementos da narrativa sobre o Brasil como o caráter paradisíaco e vendo nisso também uma ligação com a visão do Brasil como País do Futuro.

O segundo pilar da narrativa sobre o Brasil analisado por GW é a visão da sua insularidade. A gênese desta visão de insularidade do Brasil, o autor não limita aos conhecimentos geográficos deficientes do início do século XVI, ele relaciona a insularidade com mitos paradisíacos da antiguidade grega, cálculos geopolíticos, com a preferência dos portugueses pela colonização de ilhas (ao contrário dos espanhóis) e concepções da identidade distinta da Hispano-América. GW ilustra esta visão da insularidade concretizada no *Mappa Mundi* de Jean Rotz (1542), na presença de metáforas de insularidade em discursos dos militares durante a ditadura militar (1964-1985) bem como na monografia *O Povo Brasileiro* de Darcy Ribeiro.

Outro elemento da narrativa sobre o Brasil, a visão como paraíso terrestre, o Brasil comparte parcialmente com a Hispano-América, mas GW dirige a atenção a uma diferença: O Brasil aparece como Eden, nunca como Eldorado. Entre outros, o autor ilustra como esta visão do Brasil como paraíso terrestre influenciou inclusive a iconografia europeia, p.ex., no quadro *Adão e Eva* de Albrecht Dürer 1504), tornando o papagaio (e especialmente a arara) numa ave alegórica do paraíso, o que conhece uma continuação até no século XX com a criação por Walt Disney da personagem Zé Carioca, um papagaio que representa o Brasil.

O quarto elemento da narrativa sobre o Brasil que GW analisa é a visão que se tem formado da população autóctone que é uma visão dupla e contraditória de:

- a) 'bons selvagens' (insinuado já pela Carta de Pero Vaz Caminha na qual GW aponta para uma intertextualidade da descrição dos indígenas com Mt 6,26-30 e a Metamorfose de Ovid) e que foi canonizada na recepção dos relatos de viagem de Léry por Montaigne) e

b) 'canibais'. GW menciona que o mito do canibalismo foi avançado primeiro por Cristovão Colombo com relação a população autóctone do Caribe, mas a associação convencionalizada de Canibalismo na Europa onde os relatos de Hans Staden tiveram uma recepção ampla era com os índios tupinambá.

Tanto a imagem do 'Bom Selvagem' quanto do 'canibal' foram instrumentalizadas pelos diferentes grupos ativos no Brasil Colonial. Os jesuítas promoveram a imagem do 'bom selvagem' que evangelizado seria a base de uma nova humanidade e os colonizadores do canibalismo para justificar a perseguição e o cativeiro dos indígenas.

No subcapítulo sobre o último elemento considerado fundamental para a narrativa sobre o Brasil, GW trata da projeção ao Brasil da visão do Quinto Império. GW mostra a presença da visão messiânica do Reino Português como fase preparatória do Reino de Deus terrestre desde o milagre de Ourique em 1139 até a transferência desta missão ao Brasil nos discursos de militares durante a ditadura militar (1964-1985), considerando estes, sua própria atuação como missão salvífica com dimensão global. Menos claro neste subcapítulo fica o lugar da parte introdutória que trata dos planos da *Translatio Imperii* de Portugal para o Brasil desde o século XVI até a chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808. O ponto em comum entre os planos de *Translatio Imperii* e o Quinto Império parece ser o fato de que o Brasil serviu em ambos os casos como cena de projeção de visões e utopias.

Com estes elementos GW elaborou a base de referência para os três capítulos a seguir que analisam o discurso imperial legitimador, o discurso republicano e contra-discursos a este, mas os quais, de uma ou outra maneira, sempre retomam ou se afastam destes elementos.

No capítulo 4, GW analisa a formação da narrativa sobre o Brasil depois da fundação do Império em 1882. Como bases do discurso imperial legitimador, GW vê a justificação para a transferência da corte para o Rio de Janeiro, a manutenção da monarquia na forma do Império e o contraste com as repúblicas hispano-americanas. GW verifica a presença de elementos da narrativa sobre o Brasil entre outras nas representações simbólicas do império, na historiografia, e no indianismo na literatura. A leitura que GW faz da independência do Brasil é de uma tentativa por parte da dinastia de Bragança de manter o poder, tanto no Portugal revolucionário da época quanto no Brasil, tratando-se antes de tudo de uma restauração do poder monárquico através da independência que se assemelhava mais a um acordo de sucessão ao trono. GW ressalta, neste contexto, que a inversão brasileira, i.e. a transferência da capital de Lisboa para o Rio de Janeiro causou um ponto de partida bem diferente da

Hispano-América e destaca as seguintes diferenças: Na Hispano-América, a situação depois das intervenções napoleônicas na Espanha tornou necessário o rompimento com a metrópole, enquanto o Brasil adotou a metrópole. A monarquia brasileira era percebida, no Brasil, mas também na Europa, como garantidora da unidade contra tendências separatistas e tensões sociais, tendo em conta a importância da escravidão no Brasil da época e o receio de uma repetição dos acontecimentos no Haiti, apresentando o Império como representante da civilização européia e como potência hegemônica de ordem nas Américas, cuja estabilidade contrasta imensamente com as turbulências nas novas repúblicas americanas. GW mostra que não houve depois da independência um novo discurso, mas que houve repetidas referências a narrativa sobre o Brasil. GW ressalta a presença da narrativa sobre o Brasil antes da independência como uma diferença crucial em comparação com Hispano-América. O autor chama, contudo, atenção para o fato de que certos acontecimentos históricos que questionam as imagens da narrativa sobre o Brasil como as revoltas (Cabanagem, Farroupilhas, Revolta dos Mahé etc.) não são incluídos nela. Ao mesmo tempo mostra GW, entre outro, no exemplo da fundação do IHGB em 1838, que o Império teve uma certa preocupação com a construção de um discurso nacional e chama atenção para o fato de que o discurso historiográfico por exemplo de Varnhagen se limita aos acontecimentos antes da independência e contra a recomendação de Martius, também não inclui os indígenas. A inclusão dos mesmos acontece, finalmente, no indianismo na literatura. Mas é somente na República que o discurso torna-se um discurso nacional, introduzindo mitos de fundação como os Bandeirantes e Tiradentes, herói que até na iconografia é assemelhado à figura de Cristo. GW mostra que também este discurso exclui o povo, i.e. as classes sociais menos favorecidas, como adota, no discurso do branqueamento da população, elementos da ideologia do racismo vigente no final do século XIX. GW mostra ao mesmo tempo elementos de persistência e continuidade com relação ao discurso do Império, p.ex. na melodia do hino nacional e nas cores da bandeira nacional cuja re-interpretação republicana acontece no âmbito da narrativa sobre o Brasil quando o verde de Bragança, p. ex., passa a significar o verde das selvas. Como síntese da Narração sobre o Brasil com o discurso nacional da República GW apresenta o livro *Porque me ufano do meu paiz* do Condé Affonso Celso (1901) com, entre outros, versões secularizadas do discurso do Quinto Império.

Os contra-discursos que GW analisa são *Os sertões* de Euclides da Cunha (1902), *Canaã* de Graça Aranha (1902) e o *Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto (1911) que contradizem a visão negativa do

povo e tematiza as divisões internas do Brasil (*Os sertões*), questionam na boca das personagens, as teorias racistas e nacionalistas (Aranha) ou apresentam-se como sátira da narração do Brasil (*Triste fim*).

Como já foi mencionado anteriormente, a monografia é muito bem documentada. Além das 38 páginas de bibliografia, há 1223 notas de rodapé, as 9 páginas de índice das personalidades e autores mencionados facilitam também a procura de informações.

As inexactidões são poucas, como, por exemplo, a formulação em que omite a menção de que a afirmação que Isaías 18 trata de um povo eleito que se reúne no fim dos tempos para acolher Cristo é a interpretação do Padre Vieira, pois o texto original não menciona Cristo (seria um anacronismo, portanto trata-se de uma releitura pós-pascual cristã do texto). Este exemplo mostra que se trata de casos isolados e sem maior importância.

Quanto ao mérito da monografia pode-se resumir o seguinte: Mesmo não sendo novos a maioria dos pontos de vista apresentados, muitos deles não recebem a atenção devida na discussão acadêmica sobre América Latina. A comparação com a Hispano-América supera a divisão que existe de fato em muitos estudos sobre América Latina de focar ou a Hispano-América ou o Brasil. Esta comparação possibilita uma leitura diferenciada, ressaltando melhor as divergências e convergências.

Na luz deste trabalho, considerando a exclusão dos negros na narrativa sobre o Brasil e, no discurso da República, a bestialização do povo, o alinhamento entre tradição e transformação de muitas concepções sociais, políticas ou religiosas contemporâneas fica mais nítida ainda. Assim aparece o projeto da modernização do Brasil a partir das elites burguesas no governo Fernando Henrique Cardoso (cf. Reis 2008:254-255) claramente tradicional. A introdução de um feriado municipal em homenagem a Zumbi, as cotas para negros, indígenas, alunos que estudaram em escola pública, o slogan do governo Lula “Brasil país de todos” com um logo representando pessoas de diferentes fenótipos, a opção preferencial pelos pobres da Igreja (cf. Pixley & Boff 1986) depois de Medellín 1968 são elementos cuja relevância transformadora torna-se diante da narrativa sobre o Brasil ainda mais clara. GW fornece ao mesmo tempo uma base para poder entender as contra-reações por vezes violentas.

Por fim, o autor desta resenha não pode deixar de expressar sua esperança de que mesmo na Alemanha pós-Bolonha e dos cursos de doutorados estruturados, teses como esta ainda sejam possíveis. Mas existe o perigo de que num futuro próximo uma tese monumental como a de GW fique dividida em três ou quatro teses tornando assim impossível analisar, como GW o fez, temas tão complexos e suas inter-relações.

Thomas Johnen

Universität Rostock, Alemanha e Universidade de Estocolmo, Suécia.

Referências

Anderson, Benedict [1983] (2006), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: New York: Verso.

Aranha, José Pereira da Graça [1902] (1981), *Canaã*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Barreto, Afonso Henriques de Lima [1911] (1983), *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática.

Cunha, Euclides da [1902] (2002), *Os sertões (Campanha de Canudos)*. São Paulo: Ateliê.

Pixley, Jorge e Boff, Clodovis (1986), *Opção pelos pobres*. Petrópolis: Vozes.

Reis, José Carlos [1999] (2008), *As identidades do Brasil 1: De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV.